DO GRITO DAS RUAS À CONCREÇÃO DOS DIREITOS

SHOUT OF THE STREETS TO CONCRETION OF THE RIGHTS

Patrícia de Carvalho Brandão Brochetto¹

Silvia Helena Bavaresco Alves dos Santos²

RESUMO

O presente trabalho tem por finalidade demonstrar a prática do exercício do princípio da soberania popular pelo povo brasileiro quando insatisfeito com a forma de como estão sendo governados, que vão às ruas em busca da efetividade de direitos que já estão garantidos, mas, disponibilizados de forma ineficiente, fazendo abalar os pilares do governo com mobilizações sociais culminando mesmo que de forma acanhada com mudanças na política pública brasileira. Que a manifestação deflagrada no outono de 2013, objeto deste modesto artigo, apesar de não se tratar de um movimento social teve efeitos positivos, ultrapassando o fim inicialmente almejado de apenas obter a redução das passagens do transporte público.

Palavras-chave: Povo. Soberania popular. Mobilização social.

ABSTRACT

The present work is intended to demonstrate the practical exercise of the principle of popular sovereignty by the Brazilian people when unsatisfied with the way they are being governed, that will hit the streets in search of the effectiveness of rights already guaranteed, but available inefficiently, making shake the pillars of the government with social mobilizations culminating even so shy with changes in Brazilian public policy.

Keywords: People. Popular sovereignty. Social mobilization.

1 INTRODUÇÃO

O ano de 2013 no Brasil foi marcado por inúmeras manifestações populares que se traduziram no grito das ruas, levado a efeito pelo povo, em prol da concreção de direitos consignados na Constituição Federal.

As manifestações populares, que surgiram sem serem orientadas por um partido político, sindicato ou movimento social, mas que teve caráter difuso em todos os recantos do solo tupiniquim teve uma grande repercussão e atraiu a atenção da mídia e gerou preocupações no

¹ Mestranda em Direito Coletivos e Cidadania pela Universidade de Ribeirão Preto – UNAERP, advogada.

² Mestranda em Direito Coletivos e Cidadania pela Universidade de Ribeirão Preto – UNAERP, advogada.

I CONGRESSO BRASILEIRO DE PROCESSO COLETIVO E CIDADANIA
UNIVERSIDADE DE RIBEIRÃO PRETO

poder instituído, que cuidou logo de manipular os meios de comunicação com o fito de desqualificar o genuíno movimento ao direcionar sua atenção para os black blocs, desconsiderando a grande massa de pessoas que compunham o grosso dos manifestantes, que agiam de forma pacífica em prol da concretização dos direitos constitucionais e por um Estado de fato democrático e comprometido com a transparência, com a lisura, com a idoneidade no tratamento da *res publica*.

O presente artigo tem como objetivo analisar o grito que surgiu das ruas no Brasil e a efetiva concreção das expectativas normativas enunciadas pela Constituição Federal.

2 DESENVOLVIMENTO

“O poder é do povo”. A clássica frase decorrente do artigo 1º, parágrafo único da nossa Constituição Federal de 1988 consagrando o Princípio da Soberania Popular que preconiza que a fonte do poder é o povo, que não o exerce diretamente, mas através de representantes eleitos foi efetivamente colocada em prática pelos cidadãos brasileiros neste outono 2013.

Após um torpor de mais de vinte anos, pois, as últimas manifestações de porte popular que se tem lembrança são as “Diretas Já” e “Fora Collor”, os brasileiros tomaram seu lugar de direito nas ruas e com toda a força de seus pulmões gritaram suas insatisfações, que não se filiam a partidos de esquerda ou de direita, a este ou aquele político, mas, contra à maneira como estão sendo governados ou representados, ou seja, bradaram aos quatro cantos do mundo no sentido de que o seu poder está sendo usurpado e que discordam dos caminhos escolhidos por seus “representantes” no exercício delegado do poder popular, clamando por atenção e modificação na rota de atuação política.

De carona na luta política pela redução do valor das passagens do transporte público, foi deflagrada a insatisfação do povo brasileiro quanto à falta e insuficiência dos serviços públicos em geral prestados e de um sistema sórdido e corrupto.

Ao analisar este quadro o certo é que não estamos diante de um movimento social que segundo Maria da Glória Gohn,³ é sempre expressão de uma ação coletiva e decorre de uma luta sociopolítica, econômica ou cultural e que usualmente tem os seguintes elementos constituintes: demandas que configuram sua identidade; adversários e aliados; bases, lideranças e assessorias que se organizam em articuladores e articulações e forma redes de mobilizações; práticas comunicativas diversas que vão da oralidade direta aos modernos recursos tecnológicos; projetos ou visões de mundo que dão suporte as suas demandas; e culturas próprias nas formas como

³ Disponível em <http://profprpm.blogspot.com.br/2013/02/todo-poder-emana-do-povo.html> - acesso em 25/09/2013.

I CONGRESSO BRASILEIRO DE PROCESSO COLETIVO E CIDADANIA
UNIVERSIDADE DE RIBEIRÃO PRETO

sustentam e encaminham suas reivindicações.

O comportamento adotado pelo povo brasileiro neste outono de 2013 na verdade trata-se de uma mobilização social, novidade do novo milênio na América Latina, tanto do ponto de vista das análises como do da argumentação discursiva sobre os movimentos e ações coletivos. Ela é uma categoria que nunca recebeu tratamento específico nos manuais e dicionários de sociologia do século XX.

Mobilização social segundo a autora alhures mencionada refere-se a ativações que visam mudança de comportamentos ou adesão a dados programas ou projetos sociais, envolve uma série de processos que objetivam mudança de comportamento, aquisição de novos valores, acesso a meios de inclusão social e etc.

Os brasileiros acordaram e com a ajuda dos recursos tecnológicos se movimentaram, organizaram, uniram-se e colocaram em prática o princípio da Soberania Popular insculpido na Constituição Federal, sentindo o prazer do exercício da cidadania, de participar e do direito de exigirem seus direitos, dando forma às diversas manifestações que se espalharam por todo o país.

Tal comportamento não se identifica com ideologia, partidos políticos, sequer podem ser chamados de movimentos, pois, não tem uma causa única a defender, é a mais pura e original manifestação coletiva de um povo no livre exercício de seu poder cuja pratica demonstrou sua força e efetividade na concreção de seus direitos.

Como vitória desse esforço coletivo, podemos citar: o arquivamento da PEC 37, a diminuição da tarifa de ônibus em várias cidades do Brasil, destinação de 50% do capital do Fundo Social do Pré-Sal para a educação e saúde, o programa mais médicos, dentre outras conquistas.

3 CONCLUSÃO

O caminho para a almejada democracia participativa requer amadurecimento político e o povo brasileiro demonstrou que está neste processo exercitando sua soberania popular na concreção de seus direitos.

REFERÊNCIA

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

GOHN, Maria da Glória. **Novas teorias dos movimentos sociais**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2009.